

Abram Szajman\*

# Para simplificar de verdade o Brasil

*Hora de superar o atraso, acabar com os desperdícios e reduzir as desigualdades*

Estudos internacionais destacam que as condições para o desenvolvimento de empreendimentos econômicos no Brasil são freqüentemente bastante precárias. As causas estão associadas à burocracia, às dificuldades para abertura e fechamento de empresas, às mudanças constantes de regras e à complexidade de funcionamento das instituições em áreas fundamentais para a economia, como a tributária e a trabalhista. Onde impera a dificuldade sempre há alguém para vender facilidades: esse quadro se agrava pela corrupção em todos os níveis de governo e pela elevada carga tributária.

Esses estudos alertam o investidor estrangeiro para uma realidade bem conhecida do empresário brasileiro e que poderia ser resumida pelo dilema: é possível cumprir as regras e, ao mesmo tempo, tocar a empresa? Embora as grandes empresas resistam, a morte precoce de milhares de pequenas e microempresas viáveis e bem planejadas, que acabam tragadas pelo tsunami burocrático e tributário, evidencia uma resposta negativa.

Isso para não falar das pessoas mais cautelosas, ou menos arrojadas, que preferem arquivar seus projetos empresariais e aplicar os recursos no mercado financeiro. Recursos esses que não serão investidos na produção, mas emprestados ao governo, que aumenta tributos para pagar os juros e, dessa forma, afunda ainda mais o País neste pântano do crescimento mediocre de 2,5% ano, incompatível com a nossa necessidade de geração de empregos.

Será possível reverter esta situação para libertar o espírito empreendedor do brasileiro, ampliando o número de empresas, os investimentos e os empregos? Como se poderia criar um ambiente mais favorável aos negócios, com regras simples e estáveis?



Para responder a essas perguntas a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP) elaborou um projeto que tem por nome "Simplificando o Brasil". A idéia básica é reduzir os custos de transação na economia brasileira, simplificando a relação da empresa com o governo em áreas críticas: tributária, trabalhista e burocrática. O trabalho oferece ainda idéias para uma nova reforma da Previdência e para um choque de gestão nas despesas de custeio de serviços públicos como educação, saúde e saneamento.

São propostas técnicas, elaboradas por especialistas de cada área, que merecem ser vistas com um olhar livre de preconceitos partidários ou ideológicos. Nossas aspirações são aquelas partilhadas por toda a sociedade brasileira: reduzir os preços na economia; combater a informalidade; estimular o consumo, a poupança e os investimentos público e privado; promover a redistribuição da renda e aumentar a transparência, dificultando a corrupção e as fraudes.

Nas relações trabalhistas, por exemplo, está na hora de separar

os direitos básicos do trabalhador – que devem permanecer inscritos na Constituição e protegidos pelo Estado – de tudo o que pode ser negociado livremente entre patrões e empregados. As obrigações atuais sufocam as empresas e, na melhor das hipóteses, beneficiam apenas o trabalhador empregado com carteira assinada, hoje uma minoria de 24 milhões no universo de 80 milhões da população economicamente ativa.

No que diz respeito aos impostos, o baixo crescimento econômico dos últimos anos e a perversa distribuição de renda que caracteriza o nosso país são mazelas diretamente relacionadas com a exorbitante carga tributária que, ao longo da última década, saltou de 25% para 40% do PIB.

Este não é nem o único nem o maior problema. Pior do que o imposto em si é o custo que representa acompanhar milhares de decretos e portarias editadas por todos os órgãos da administração pública nos três níveis de governo.

Recentemente conseguiu-se o que parecia impossível: tornar o sistema ainda mais caro e com-

plicado. O que ocorreu com o Simples federal, criado para implementar o preceito constitucional que garante tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas, é emblemático. Como os valores para enquadramento estavam congelados há quase dez anos, depois de muita pressão o governo aceitou dobrá-los. Mas em seguida editou uma medida provisória estabelecendo novas faixas de alíquotas e inviabilizando, na prática, a permanência no Simples de muitas empresas de pequeno porte.

Em resumo, quando se complica até o que deveria ser Simples, é porque está na hora de simplificar de verdade o Brasil, se quisermos superar o atraso, acabar com os desperdícios e reduzir as desigualdades. Nesse sentido, o projeto "Simplificando o Brasil", que em breve estará integralmente detalhado, visa contribuir para qualificar, em termos de propostas concretas, um debate eleitoral que não se reduza a slogans de marqueteiros e a personalismos de candidatos.

\* Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo